

# EM TORNO DO PRONOME\*

Odete Pereira da Silva MENON – Universidade Federal do Paraná

## 1. Introdução

O objetivo deste estudo é mostrar o tratamento dispensado à categoria de *pronome* pelos seguintes autores: Donato (*Ars Minor, Ars Maior*, e os comentários de Holtz); Martim de Dácia (a partir da tradução em francês, por Irène Rosier, de um extrato do tratado *De Modis Significandi*); Sanctius (*Minerve*, tradução para o francês e comentários de G. Clerico); Arnauld & Lancelot (*Grammaire Générale* de Port Royal), mais as observações de M. Duclos a essa obra; Brachet & Dussochet (*Grammaire Française*); Damourette & Pichon (*Des Mots à la Pensée – Essai de Grammaire*) e Benveniste (*Problèmes de Linguistique Générale*, 1, 2).

O estudo do pronome está inserido, em todas essas obras, na análise do que é tradicionalmente chamado de *partes do discurso*, cuja descrição constitui parte consagrada e considerável da análise das gramáticas na tradição ocidental. Proveniente do modelo grego, essa abordagem, mais morfológica que sintática, estabeleceu como ponto de partida a divisão das palavras da língua em oito categorias. Esse número de categorias, perfeito para o grego, foi aplicado ao latim logo que se adaptou o modelo de descrição gramatical do grego para essa língua. Como o latim não possuía *artigo*, em geral os autores de gramáticas ou criavam à força um artigo a partir do pronome demonstrativo *hic* ou substituíam essa categoria pela da *interjeição*.

Os autores aqui abordados mantêm esse número de classes, exceto, por um lado, Sanctius, que estabelece somente seis classes de pala-

---

\* Este texto é tradução da monografia apresentada como parte da avaliação da U.V. (disciplina) Histoire de l'Épistémologie et des Théories Linguistiques, Université Paris 7, D. E. A. de Linguistique Théorique et Formelle, em 1989. As citações são traduzidas por mim, a partir dos originais em francês.

bras, e no outro extremo, Brachet & Dussochet (doravante B&D), com dez (edição de 1907) ou nove (edição de 1920) classes de palavras. Também Damourette & Pichon (doravante D&P) relacionam dez classes de palavras quando se referem à classificação tradicional das palavras para explicar o seu quadro de partes do discurso para as quais eles criaram uma nova terminologia, como se verá na seqüência.

## 2. Lugar do pronome nas *partes do discurso*

Embora haja um relativo acordo quanto ao número de classes de palavras, o mesmo não acontece com relação ao lugar que ocupa o pronome na ordem de apresentação das categorias. Entretanto, ainda que a posição do pronome possa variar na ordenação, ele nunca aparece depois do *verbo* (ver Quadro II, mais adiante), o que quer dizer que seu lugar oscila entre o *nome* e o *verbo*. Esse fato, por si só, é significativo, uma vez que o pronome é necessário para a caracterização do verbo, a qual pressupõe o conhecimento da noção de *pessoa*. Por isso, é preciso primeiro definir *pronome* para poder explicar tanto os traços morfológicos da pessoa no verbo como a concordância do verbo com o seu sujeito. O *nome* reina soberano na cabeça de todas as classificações (cf. Quadro I, abaixo), salvo por D&P, que põem em primeiro lugar o *artigo*, provavelmente porque a sua classificação parte de um critério funcional-distributivo.

**Quadro I –**  
Distribuição das partes do discurso  
Posição do pronome nas listas dos autores

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Donato	nome	<b>pronome</b>	verbo	advérbio	particípio	conjunção	preposição	interjeição		
Martim de Dácia	nome	<b>pronome</b>	verbo	advérbio	particípio	conjunção	preposição	interjeição		
Sanctius Arnould & Lancelot	nome	artigo	verbo	preposição	advérbio	verbo	preposição	advérbio	conjunção	
Duclos	nome	<b>pronome</b>	verbo	advérbio	artigo	preposição	conjunção	interjeição		
Beauzée	nome	<b>pronome</b>	adjetivo	verbo	preposição	advérbio	conjunção	interjeição		
Brachet & Dussouchet	nome		adjetivo	<b>pronome</b>	verbo (particípio)	advérbio	preposição	conjunção	interjeição	
Damourrette & Pichon	artigo	nome	adjetivo	<b>pronome</b>	verbo	particípio	advérbio	conjunção	preposição	interjeição

**Quadro II –**  
Posição do pronome em relação ao nome e ao verbo

	1	2	3	4	5	6	7	8
Donato	-	nome	-	-	<b>pronome</b>	-	-	verbo...
M.Dácia	-	nome	-	-	<b>pronome</b>	-	-	verbo...
Sanctius Arnould & Lancelot	-	nome	artigo	-	<b>pronome</b>	preposição	advérbio	verbo...
Duclos	-	nome	-	-	<b>pronome</b>	-	-	verbo...
Beauzée	-	nome	-	-	<b>pronome</b>	adjetivo	-	verbo...
B&D	-	nome	artigo	adjetivo	<b>pronome</b>	-	-	verbo...
D&P	artigo	nome	-	adjetivo	<b>pronome</b>	-	-	verbo...

Visto que os três primeiros — Donato, Martim de Dácia e Sanctius — são autores de gramáticas latinas, não fazem referência ao artigo. Este aparece, em nosso estudo, pela primeira vez na gramática conhecida como de Port Royal, de Arnauld e Lancelot (doravante A&L) pois, como ela se apresenta como uma gramática “geral”, o artigo é admitido na classificação porque ele pode existir em algumas línguas. Beauzée também se encaixa nessa linha de pensamento. Para os gramáticos do francês, B&D e D&P, o artigo constitui uma classe separada. O *adjetivo* começa a ser considerado uma classe distinta da do *nome* a partir de Beauzée. Essas observações são importantes para as considerações a respeito do pronome.

Donato e Martim de Dácia situam o pronome logo após o nome, visto que a definição tradicional pressupõe que o pronome seja o substituto do nome. É necessário, por conseguinte, dizer primeiro o que é um nome; ora, como o pronome vai no lugar do nome, aquele aparece depois deste. Holtz, em sua análise de Donato, observa que a relação entre nome e pronome, segundo Varrão, *explicitaria, sozinha, porque na lista das partes do discurso da gramática latina se coloca o pronome na seqüência imediata da do nome: um e outro mantém relações tão estreitas que não poderiam estar separados.* (Donato, p. 128).

Sanctius não admite a existência do pronome como categoria autônoma. Ele o classifica entre os nomes, considerando ao mesmo tempo *factos morfológicos* (daí a sua recusa em dissociar as palavras que têm flexões idênticas) e o funcionamento das palavras no *ato de enunciação*. Assim, para ele, o pronome é um nome; embora apresente algumas características diferentes do nome, isso não justifica arrolar o pronome como uma categoria distinta. Além disso, segundo ele, não existe nenhuma definição do que seja pronome; não se pode, portanto, encontrar uma que seja justa e adequada.

Na gramática de Port Royal, o artigo se interpõe entre o nome e o pronome, por causa da significação vaga de *nomes comuns* e *apelativos*. Para bem *determinar* esses nomes, as línguas inventaram certas

partículas, os *artigos*. E foi para não repetir sempre esses mesmos nomes que os homens inventaram certas palavras — os *pronomes* — para pôr no lugar desses nomes, (man)tendo as mesmas propriedades. Assim, o nome deve ser, primeiro, *determinado*; depois, ele pode (deve) ser *substituído*. Essas afirmações tornam evidente o fato de que o pronome pode, também, ter uma determinação, por meio do artigo ou do adjetivo. Duclos, em suas observações, modifica o lugar a ele atribuído por A&L. Ele lamenta que os senhores de Port Royal tenham considerado o artigo, a preposição e o advérbio como palavras que significavam os *objetos dos pensamentos*. Na sua opinião, o artigo e a preposição pertencem à classe de palavras que marcam a *maneira de nossos pensamentos* e o advérbio pertenceria tanto a uma como à outra, pois ele contém uma preposição e um nome.

Por seu turno, Beauzée diz que o nome e o pronome têm qualquer coisa em comum visto que eles produzem o mesmo efeito no discurso; no entanto, ele critica uma série de definições em que se diz que os pronomes são palavras empregadas no lugar dos nomes. Ele afirma que os pronomes vão *pari passu* com os nomes. Todavia, os pronomes não são, absolutamente, *vicários* dos nomes. Fazendo uma crítica a Sanctius, Beauzée se pergunta: “por que se tomaria os pronomes por nomes se a linguagem usual dos gramáticos os distingue em duas classes?” É porque os gramáticos teriam sentido, ainda que confusamente, que haveria diferenças características entre as duas espécies. E Sanctius preferiu ignorar tais diferenças; por isso, classificou os pronomes na categoria dos nomes.

No livro II, “Morfologia ou estudo das formas”, B&D (1907) nomeiam as *dez* espécies de palavras da língua francesa (nove, porém, na edição de 1920, quando o particípio perde sua autonomia e é estudado no capítulo dedicado ao verbo). Em seguida, dizem que essas dez espécies de palavras diferentes são chamadas de *partes do discurso*, reconhecendo aí a herança do latim, exceto no que diz respeito ao artigo, que os romanos não conheceram. Depois de identificar quais as pala-

vas variáveis e quais as invariáveis, B&D dão as *funções* das palavras na proposição (frase, oração), começando pelo substantivo. Explicitando as funções deste, acrescentam que elas valem também para o pronome, que substitui o nome; para o adjetivo; para o verbo no infinitivo e para o particípio, ou seja, para aquelas palavras que podem ser eventualmente substantivadas. Em seguida, B&D retomam a ordem inicial das partes do discurso dizendo que o artigo se liga sempre ao substantivo; o que o adjetivo pode ser e, chegando ao pronome, eles repetem que *o pronome tem as mesmas funções que o nome ...*

Ora, se tanto o pronome como o adjetivo ou o verbo no infinitivo ou no particípio podem ter na proposição as mesmas funções que o substantivo, não seriam todos eles *substitutos do nome*? A propósito desta definição de pronome Sanctius dizia que, a tal título, *magister, rex, dux, gubernator* seriam pronomes pois eles são colocados no lugar de Pompeu ou Cícero (*Minerve*, p. 111). Parece-nos que, para justificar a definição tradicional de pronome, B&D tiveram que modificar sua ordem de classificação das partes do discurso no momento em que deveriam falar das funções das palavras. Prova disso é que eles mantêm, em seguida, essa ordem e devem repetir para que serve o pronome, ao acrescentar-lhe uma *função expletiva (dativo ético)*. De toda forma, aparece uma certa incoerência na sua classificação, pois a propósito da concordância do adjetivo eles dizem que este é posto no mesmo gênero e no mesmo número que o nome ou o pronome ao qual ele se refere; no entanto, o adjetivo precede o pronome na ordem de classificação.

Quanto a D&P, para justificar e esclarecer sua nova nomenclatura, eles foram obrigados a apresentar uma tabela de correspondências entre os termos das partes do discurso empregadas tradicionalmente e aqueles, completamente diferentes, que eles apresentavam ao público. E, nesta *comparação*, eles dão uma ordem bem distinta daquelas estudadas antes, a saber: colocam o artigo no topo, antes do nome; depois deste o adjetivo e, em seguida, o pronome. Parece-nos

que esse arranjo é devido a uma organização de tipo *distribucional*, levando em conta a ordem de aparição das palavras na frase: o artigo precede o substantivo, que é acompanhado de um adjetivo (embora, sob certas circunstâncias, o adjetivo possa vir antes do substantivo) e, então, o conjunto formado possa ser substituído por um pronome. No entanto, em sua obra, de sete volumes, os autores organizam os fatos gramaticais do francês segundo o *répartitoire de classe: nom, verbe, strument*<sup>1</sup>. Exceto pelos três primeiros livros, consagrados à *Introduction*, à *Esquisse de la structure générale du français* e à *Phonétique* (tomo I), o livro IV (tomos I e II) é dedicado ao *nom*, o livro V (tomos III a V) ao *strument*. E é nessa última classe que é proposto o pronome, sob a denominação de *substantif strumental*. Do cruzamento do *répartitoire* das três *classes* e do das quatro *categorias* — *factif, substantif, adjectif, affonctif* — resultam *doze* espécies diferentes de termos do francês, chamados *essences logiques* (p. 102, vol. I, quadro ci-joint). Segundo essa classificação, os *substantifs strumentaux* podem desempenhar o papel de *soutien* (“sujet”) da mesma maneira que os *substantifs nominaux* (“noms”) ou os *substantifs verbaux* (“verbes à l’infinitif”). Apesar de sua nomenclatura nova, os autores utilizam frequentemente o rótulo usual de pronome.

Quanto a Benveniste, é necessário lembrar que, como seus textos não compõem uma gramática, como os autores precedentes, o tratamento dado por ele ao assunto é bastante diferente. Trata-se de artigos em que o autor discute seja a noção de pessoa, seja a relação de “pessoa” frente ao verbo, seja a natureza dos pronomes. Não há, portanto, enumeração das partes do discurso nos textos. Porém, no artigo “La nature des pronoms”, ele aborda o tema, quando diz que *tem-se o hábito de considerar essas formas lingüísticas (os pronomes) como formando uma mesma classe formal e funcional; à semelhança, por exemplo, das formas nominais ou das formas verbais*. Acrescenta que os pronomes existem

<sup>1</sup> Devido ao fato de nem sempre ser possível a tradução, para o português, dos neologismos criados por D&P, mantenho a denominação em francês.

em todas as línguas e, em todas, eles são definidos como se referindo às mesmas categorias de expressão (pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc.).

### 3. O papel da pessoa

Parece que a idéia de “pessoa” é invariavelmente ligada àquela de “pronome”, seja nas relações que entretêm com o verbo, seja quando se pensa nos atos de fala. Essa “idéia” está presente nas definições da categoria de pronome a partir de Donato, segundo o que afirma Holtz. Este diz que Donato foi o único, na sua época, a inserir a noção de pessoa na definição de pronome. Holtz diz ainda que Donato, chamando a atenção sobre a noção de pessoa, diminuiu a força do “mecanismo de substituição” na definição de pronome.

Donato considera que a “pessoa” é um dos seis *acidentes* do pronome (*Ars Minor*). Na *Ars Maior*, ele divide os pronomes em duas classes, segundo eles contenham ou não as “pessoas”: eles aparecem nas *finita* mas não nas *infinita*. Conforme se lê nas *Ars Maior*: *Finita sunt, quae recipiunt personas, ut ego, tu, ille*. Quando ele passa a explicar os *acidentes*, ele define esses pronomes como sendo da primeira, da segunda e da terceira pessoas. Esta posição é repetida quando ele aborda os *acidentes* do verbo: *Personae uerborum quot sunt? Tres. Quae? Prima, ut lego; secunda, ut legis; tertia, ut legit*. (*Minor*, p. 593, HOLTZ). E em *Maior*, ele explicita: *Personae uerbis accidunt tres, prima, secunda, tertia. Prima est, quae dicitur lego; secunda, cui dicitur legis; tertia, de qua dicitur legit*. Dessa forma, existe a primeira pessoa, **que(m)** fala; a segunda, **a quem** se fala; e a terceira, **de quem** se fala. Assim, ele estabelece o paradigma tradicional das pessoas. Nos autores posteriores a ele, é quase sempre na categoria dos pronomes que se vai encontrar a noção de “pessoa”, apesar de que, em alguns, se possa encontrar uma distinção entre pessoa “pronome” e pessoa “marca morfológica” do verbo, ligada às “pessoas” do discurso.



No extrato do texto de Martim de Dácia, traduzido para o francês e publicado por Irène Rosier, não há, exatamente, considerações específicas a respeito do pronome; mas, como se trata de um texto de sintaxe (e, segundo Rosier, é a primeira vez que se pode chamar de “verdadeira sintaxe”), encontramos uma distinção entre a *constructo transitiva* e a *constructo intransitiva*: a diferença entre elas estaria no fato de que as palavras ou se referem a “pessoas” diferentes (*transitiva*) ou se referem à mesma “pessoa” ou coisa (*intransitiva*). Trata-se dos modos de significar essenciais (*partes do discurso*) e da congruência (coerência) na construção entre um *suppôt* e um *appôt*. A coerência incide sobre seis acidentes correlativos. Para o *suppôt*: o número, a pessoa, o caso direto. Para o *appôt*: o número deste corresponde ao número do *suppôt*; a pessoa corresponde à pessoa do *suppôt* e o modo finito corresponde ao caso direto do *suppôt*. Portanto, essa sintaxe de correspondência prevê a concordância do verbo com o seu sujeito. O pronome pode ser sujeito porque ele preenche as condições necessárias: ele tem o *modus per se stantis*, que caracteriza o substantivo, nome ou pronome.

Mas, se o autor diz que o primeiro constructo é sempre o sujeito (*suppôt*) da frase (p.77), como analisar uma frase como *Video hominem?* Onde está o sujeito? Martim de Dácia consideraria, talvez, o sujeito como sub-entendido?

Sanctius discute a noção de pessoa, chamando a atenção para a ambigüidade que uma tal noção recobre: há uma confusão entre *pessoa* sinônimo de indivíduo e *pessoa* acidente morfológico do verbo. Para ele, o verbo é uma palavra que partilha o número pessoal e o tempo. Entre os *acidentes* do verbo, ele enumera a pessoa. Mas as terminações verbais seriam mais apropriadamente *formas exteriores*, visto que os nomes não possuem pessoa, eles **pertencem a** uma pessoa verbal. *Pessoa* vem do latim *personae*, significando *facies* — “aparência” ou “fisionomia”. Portanto, o pronome dito pessoal é de uma pessoa: a primeira para *ego*, a segunda, para *tu*; e todos os outros *su-*

*ppōts* (nominais e pronominais) **são da** terceira. Só o verbo **tem** uma pessoa. E, como o mesmo habitualmente chamado verbo impessoal **tem** a terceira pessoa, ele não é, portanto, mais impessoal que os outros. Só o infinitivo pode receber o rótulo de impessoal visto que ele não possui a *facies* e que ele não limita nem precisa nenhuma *persona*. Sanctius destaca também que o nome não concorda com o verbo senão em número, visto que todos os nomes, exceptuados dois (*ego, tu*), são da terceira pessoa verbal. É necessário lembrar que Sanctius considera os pronomes como pertencentes ao campo dos nomes. Daí que ele defende que *ego, tu, sui* são nomes primários ou *protonomes*, insistindo sobre a debilidade da definição de pronome como simples *vicarius* (Clérico, nota 23, p. 111). Clerico diz também que Sanctius se baseou (sem retomá-las literalmente), nas oposições de Apolônio, retomadas por Prisciano, entre *demonstratio* e *relatio*. A primeira, característica das 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas e de alguns pronomes da 3.<sup>a</sup>, é decorrência de um conhecimento direto (*prima cognitio*); a segunda é decorrente de um conhecimento secundário ou indireto (*secunda cognitio*), pois *is*, por ex., é aquele *de quo jam dixi*. Talvez seja por causa disso que Sanctius diz que *antes de possuir um nome, toda coisa era chamada “isto” ou “aquilo”*. É porque, sendo os pronomes mais antigos que os nomes, não se deveria chamá-los de “pronomes” Por isso, quando eu digo eu não se pode compreender que seja outra pessoa senão eu. (Sanctius, p.111).

A posição de Arnauld & Lancelot (doravante A&L) é bastante interessante: eles começam por dizer que existem três pessoas, que são o sujeito da proposição. Segundo eles, os pronomes *ego, tu, ille* foram criados para se evitar a nomeação de si mesmo, para não se ser obrigado a nomear aquele a quem se fala nem repetir os nomes das pessoas ou coisas de que se fala. Mas são muito originais quando afirmam que, para se dispensar de colocar sempre os pronomes sujeito, os homens acreditaram que seria suficiente dar ao nome que significa a afirmação (o verbo) uma *certa terminação que marcasse que é de si mesmo que se fala; e e é o que se chamou de a primeira pessoa do*

*verbo: Video, eu vejo.* (A&L, p. 73). Assim também se deu para a segunda pessoa. Todavia, *porque o sujeito da proposição não é frequentemente nem eu-mesmo (soi-même) nem aquele a quem se fala, foi necessário, obrigatoriamente, para reservar essas duas terminações a essas duas espécies de pessoas, fazer uma terceira que se juntasse a todos os outros sujeitos da proposição: é a terceira pessoa.*

Esclarecendo que a palavra *pessoa* não é própria senão das duas primeiras, visto que ela convém somente às substâncias racionais e inteligentes, eles propõem que a terceira seja para todas as espécies de coisas e não somente para as pessoas. Daí eles deduzem que o que se chama de terceira pessoa deveria ser o *tema* do verbo (como nas línguas orientais) pois é mais natural que o verbo *signifique primeiro a afirmação, sem marcar particularmente nenhum sujeito, e que em seguida ele seja determinado por uma nova inflexão, compreendendo por sujeito a primeira ou a segunda pessoa.* (p.73). Deve-se reconhecer aqui uma das fontes de pensamento de Benveniste? Este não a cita mas há uma forte coincidência entre o que postularam os “senhores de Port-Royal” e uma das asserções de Benveniste, segundo a qual a 3.<sup>a</sup> pessoa não seria, absolutamente, uma pessoa; ela seria mais exatamente a *não-pessoa*.

Para dar conta do fato de que sobretudo o francês, entre as línguas românicas, utiliza sempre os pronomes junto ao verbo, A&L explicam que, nessa língua, algumas das pessoas verbais não têm terminações diferentes, como em *j'aime, il aime* ou *je lis, tu lis*, além de que, se o pronome não estiver junto ao verbo, certas formas se tornam imperativo: *vois, aime, lis*.

As observações de M. Duclos à obra de A&L dizem respeito ao fato de que não há verdadeiro pronome senão aquele de terceira pessoa, visto que o da primeira marca unicamente aquele que fala e o da segunda, aquele a quem se fala (indicação supérflua, na opinião dele). Ao contrário, o pronome de 3.<sup>a</sup> pessoa é absolutamente necessário em todas as línguas, sem o que se seria obrigado a uma repeti-

ção insuportável do nome. É também interessante observar sua nota sobre uma possível mudança de nomenclatura: *empresa inútil, talvez impossível, e cujo sucesso não operaria, para a arte de escrever, nenhuma vantagem.* (A&L, p.144).

Barrie Bartlett, na introdução do *reprint* da *Grammaire* de Beauzée, diz que este introduziu uma nova classificação no século XVIII, quando afirmou que os pronomes não são “vicários dos nomes” (p.272., vol.I) posto que sua natureza depende do traço semântico de “pessoa”, traço que, faltando às formas *le, la, qui, que*, (p.360, vol.I) as exclui efetivamente da classe dos pronomes. Mas o que é então *peessoa* para Beauzée? Este autor, retomando em certa medida o pensamento de Sanctius, distingue também duas significações para pessoa. No sujeito do verbo, é a sua relação com o ato de fala; no verbo, a pessoa é uma terminação que indica, ao mesmo tempo, a relação do sujeito com o ato de fala e a concordância do verbo com o sujeito. Beauzée utiliza as preposições *de* e *à* (em francês; em português seriam as preposições *de* e *em*) para fazer a distinção entre as duas possibilidades de expressão da “pessoa”: o pronome pessoal é **DA** pessoa; a forma verbal está **NA** pessoa. **DE** marca algo de mais próprio, de mais inerente, de mais permanente. **A (NA)** marca algo estranho, mais acidental, menos necessário.

Todavia, Beauzée rejeita a concepção de Sanctius segundo a qual o pronome não seria senão um nome. Para Beauzée, *je, tu (eu, você)* são verdadeiros *pronomes* e não nomes, pois eles os determinam pela idéia da pessoa ou do papel (que representam). Beauzée retoma, dos gramáticos latinos, a idéia determinativa dos pronomes no traço da pessoa. Aqueles gramáticos deram o nome de *persona* (cujo sentido era o de “máscara”, “papel”) a estas três relações: sujeito, ao mesmo tempo aquele que produz o ato de fala (1.<sup>a</sup> pessoa); sujeito, a quem a fala é dirigida (2.<sup>a</sup> pessoa); sujeito, mas ele não fala nada, é a “referência” (3.<sup>a</sup> pessoa). Tais são os “papéis” acidentais de que se revestem os sujeitos, seguindo a ocorrência, no ato de fala.

Essa idéia de “papel” é apresentada também por B&D quando eles definem os pronomes pessoais: estes designam as pessoas, indicando o papel que essas pessoas desempenham no discurso. Eles nomeiam as pessoas de *atores* cujos papéis são diferentes:

- a) aquele do ator que fala dele mesmo — *je*;
- b) aquele do ator a quem se fala — *tu*;
- c) aquele do ator de que se fala — *lui*.

Em termos de gramática, dizem os autores, chama-se essas três personagens, ou melhor, esses três papéis, de *personas*, que são *representadas* (e não *substituídas*) pelos pronomes pessoais. Estes designam os seres segundo o papel que eles representam *nessa peça curta que se chama de uma frase*. Parece haver, aqui, uma confusão entre o conceito de sujeito gramatical expresso pelo pronome e o “referente” extrafrástico, extralingüístico, que emite o ato de fala, o discurso.

No momento em que tratam do verbo, no qual é necessário considerar o número, a pessoa, o modo, o tempo, o auxiliar e a conjugação, B&D afirmam que as mudanças dessas pessoas são marcadas por terminações diferentes: *-e*; *-ons*; *-ez*, etc.

Segundo D&P, os pronomes pessoais ou *substantifs instrumentaux* são o resultado do cruzamento da definição de *substantif* e da de *strument*: *termes représentant un concept taxinomique*. Eles exprimem os conceitos das *personas substantiais*: a 1.<sup>a</sup>, locutiva; a 2.<sup>a</sup>, alocutiva e a 3.<sup>a</sup>, delocutiva.

No estudo do verbo, D&P anunciam o *répartitoire* de *personnaison*, cujos membros são: *locutaire* (imperativo) e *délocutaire* (outras formas factivas verbais). Nas formas do factivo verbal delocutivo, as três pessoas são concebidas como coisas cuja história se conta. Entretanto, *nas ostensões tripessoais, a língua distingue entre essas coisas: uma delas, aliás, é ser a própria pessoa que fala, é o locutivo; uma outra, a pessoa a quem se fala, é o alocutivo. A pessoa delocutiva é a physe indiferenciada do répartitoire visto que ela é, como as duas outras, uma coisa de que se fala, mas ela não possui, além disso, nenhum caráter especial.* (p.398, vol. IV). No sexto

volume, eles repetem: *como todos os gramáticos, nós damos o nome de répartition de pessoa à distinção que faz nosso idioma entre o sujeito que fala (locuteur/ locutor), aquele ao qual as palavras são endereçadas (allocutaire/ alocutário) e aquele de quem se fala (délocuté / delocutário).* (p. 254 ss.). Em seguida, eles dividem os pronomes pessoais segundo o *empersonnement* em pessoa *ténue* e pessoa *étouffée*. O *empersonnement tenu* é aquele que se exprime pelos pronomes pessoais aglutinativos (*je, tu, il*) e o *étouffé* aquele que se exprime pelos pronomes pessoais independentes (*moi, toi, lui*). O *empersonnement tenu* reduz a pessoa àquilo que faz sua essência gramatical essencial enquanto o *étouffé* exprime a pessoa vista do exterior, corporalmente, como o termo de um deslocamento verdadeiramente espacial. (*ibidem*). Esta distinção entre *ténu* e *étouffé* vai ser criticada por Benveniste (PLG, 2: 197 ss.)

Entretanto, D&P afirmam que os pronomes pessoais são *substantifs instrumentaux* que, semanticamente, além da noção de substância não contém outra senão a de pessoa. *Os substantifs instrumentaux locutoires et allocutoires não merecem o nome de pronomes pois eles não evocam nada. Com efeito, os struments je, me, moi exprimem a pessoa do locutor sem se referir a nada que tenha sido dito anteriormente.* (p. 253, vol. VI). O *je* é bem a personalidade central concebida como podendo não ser constituída senão por sua natureza de locutor-cogitador, despojado de todo atributo acessório; donde seu caráter essencialmente singular. O alocutário fornece ao locutor *um subjectif de dois termos essencial à linguagem. Não há alocutário que sob a condição que se lhe suponha uma personalidade central análoga àquela do je, embora absolutamente irredutível na sua originalidade própria, como aquela mesma do je. Sabendo-se isso, não se vai espantar que o alocutário possua os struments tu, te, simétricos de je, me, para exprimir la pessoa tenue, et um strument toi, simétrico de moi, para exprimir a pessoa étouffée.* (p.267, vol. VI).

Como os demais autores, Benveniste classifica o verbo e o pronome como sendo espécies de palavras submetidas à categoria de pessoa. Ele afirma que em todas as línguas que possuam um verbo, as

formas de conjugação são classificadas segundo sua referência à pessoa; e a enumeração das pessoas é que constitui propriamente a conjugação. Esta classificação em três pessoas é, sabidamente, herdada da gramática grega, onde as formas verbais flexionadas constituem os *proswpa*, as *personae*, as figurações sobre as quais se realiza a noção verbal. Ele observa que essa classificação ainda é admitida não só como atestada por todas as línguas dotadas de um verbo, mas também como *natural e inscrita na ordem das coisas*. *Ela resume nas três relações que ela institui o conjunto das posições que determinam uma forma verbal provida de um índice pessoal e ela vale para o verbo de não importa qual língua*. (PLG, 1, p. 226). A categoria de pessoa pertence às noções fundamentais e necessárias do verbo e todas as línguas possuem pronomes pessoais, segundo ele.

Todavia, há oposições que diferenciam as pessoas, elas não são homogêneas. A propósito das duas primeiras pessoas, Benveniste diz que há, ao mesmo tempo, uma pessoa implicada e um discurso sobre esta pessoa. Mas, na terceira pessoa, um predicado é enunciado, só que está fora do eixo *je-tu*. A partir daí, Benveniste discute a legitimidade dessa forma como “pessoa”: ela é a forma verbal que tem por função exprimir a não-pessoa; e serve sempre quando a pessoa não é designada e notadamente na expressão dita impessoal. Ela foi conformada às duas primeiras por razões de simetria e porque toda forma verbal indo-européia tende a pôr em relevo o índice do sujeito, o único que ela pode manifestar. Benveniste diz que é necessário não confundir *pessoa* e *sujeito* (conforme o problema dos verbos ditos impessoais que têm um pronome sujeito “vazio”). Somente *je-tu* indicam pessoas: o *je* que enuncia, o *tu* ao qual *je* se dirige são cada vez únicos, mas *il* pode ser uma infinidade de sujeitos — ou nenhum. Uma outra característica é que *je* e *tu* são reversíveis, intercambiáveis: o *tu* pode se inverter em *je* no jogo do ato de fala e vice-versa. Eles são os membros da *correlação de subjetividade*, um se opõe ao outro, cada um a seu turno. Nenhuma relação semelhante é possível

entre *je* e *il* ou entre *tu* e *il*, visto que *il* em si mesmo não designa especificamente nada nem pessoa. A forma *je* não tem existência linguística senão no ato de fala que a profere.

As duas primeiras pessoas se opõem à terceira como os membros de uma correlação, a da *personalidade*: *je-tu* possui a *marca de pessoa*; *il* é desprovido dela. A “terceira pessoa” tem como característica e por função constantes representar, sob a relação da própria forma, um invariante não-pessoal e nada mais que isso. Podemos perceber que, desse ponto de vista, Benveniste se aproxima da postulação de Port-Royal, segundo a qual a 3.<sup>a</sup> pessoa deveria ser o “tema do verbo”, desprovido de “pessoa”. Num outro artigo, Benveniste observa que os pronomes de 3.<sup>a</sup> pessoa substituem ou tomam o lugar (*relaient*) de elementos do enunciado. Mas, diz ele, essa função pode ser exercida também por elementos de outras classes de palavras, sendo essa função a da representação sintática. Ela se estende igualmente a outros termos, tomados das diferentes *partes do discurso* e responde a uma necessidade de economia, substituindo um segmento do enunciado, e até um enunciado inteiro, por um substituto. *Não há, portanto, nada de comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa.* (PGL, 1: 256).

#### 4. As unidades categorizadas

Da reflexão de Benveniste a propósito da substituição nos enunciados, pode-se analisar como o pronome, ou os pronomes foram catalogados nas categorias de palavras.

Donato dá, primeiro, uma lista de pronomes, constituída de 13 variedades. Como para ele o pronome substitui o nome, existe aí uma função anafórica, mas, segundo Holtz, Donato não discute a correlação ou a indefinição ou a frase relativa. No fim do capítulo dedicado ao pronome, Donato se pergunta se *hic/haec/hoc* são artigos ou pronomes. Em Martim de Dácia, segundo a sua definição dos “mo-



dos de significar”, dada aos *constructibles* e pela ordem das partes do discurso (enumerada por I. Rosier), pode-se deduzir que o pronome tem o mesmo *modus per se stantis* do substantivo e, por conseguinte, ele pode ser sujeito (*suppôt*).

Sanctius é categórico quando afirma que o pronome é um nome, embora ele exponha a existência dos dêiticos *ceci, cela* quando discute a natureza dos “pronomes’ pessoais. Para ele, *je* não substitui nada; *je* suis *moi*, nada mais. Numa perspectiva moderna, talvez se possa dizer que ele considera os pronomes pessoais como *signos*, quer dizer, eles têm um referente extralingüístico, da mesma maneira que os outros signos, os nomes. Gramaticalmente eles não substituem nada, eles não são anafóricos.

Para A&L, os pronomes pessoais têm propriedades dos nomes, pois eles fazem o ofício dos outros nomes; os demonstrativos são dêiticos e há uma certa analogia entre os pronomes possessivos e os adjetivos. A&L consagram um capítulo ao pronome dito “relativo”, dando-lhe um lugar diferenciado entre os outros pronomes. Isso é devido ao fato de que ele teria qualquer coisa de próprio — ele mantém sempre uma relação com um outro nome ou pronome, chamado *antecedente*; portanto, ele tem uma função anafórica.

M. Duclos distingue os pronomes possessivos (*je mien ...*) dos adjetivos possessivos (*mon, ton ...*) porque os últimos são usados **com** os nomes não **pelos** nomes. Há também os dêiticos (*ceci, celui, cela*) e os anafóricos, os relativos.

Beauzée critica a adoção do que ele chama “um catálogo de pretensos pronomes” em meio aos quais se encontra, além dos pronomes, *nomes, adjetivos, advérbios ...* Os “pretensos” pronomes possessivos são, na realidade, adjetivos; *ego, tu, sui* exprimem eles mesmos um sujeito determinado; *hic, is, ille, iste, qui, aliquis, etc.* são adjetivos (se eles estão sozinhos, é por elipse); entre os indefinidos, uns são pronomes, outros são adjetivos. Ele dá, além disso, esta lista: *autrui* é nome, não pronome; *ceci, cela* são nomes demonstrativos; *on, personne,*

*quiconque* são nomes; *qui* é adjetivo; *quoi*, nome conjuntivo; *rien*, nome; *en* e *y*, advérbios, e *dont*, advérbio conjuntivo ou conjunção determinativa.

B&D exibem uma lista de cinco espécies de pronomes (1907) ou de seis (1920); a diferença está ligada aos interrogativos que, na edição de 1907 constituíam uma sub-classe dos relativos. A lista compreende os pessoais, os demonstrativos, os possessivos (*le mien ...*; a série *mon ...* é classificada como adjetivo), os relativos (anafóricos ao mesmo tempo conjuntivos) e os indefinidos (eles dão uma lista compreendendo: *on, chacun, autrui, personne, rien, quelqu'un, quiconque, l'un, l'autre* — *a gente, cada um, outrem, ninguém, nada, qualquer um, quem quer que, um, o outro*, respectivamente). Quanto aos interrogativos, eles os consideram como pronomes se são empregados sozinhos; se são acompanhados de um nome ou de um pronome, eles são considerados adjetivos interrogativos. B&D fazem ainda duas observações sobre os indefinidos: a primeira diz respeito a *on, personne, rien*, que eles denominam nomes indefinidos, observando que essas palavras eram, na origem, verdadeiros substantivos (do latim *homo, persona, rem*, de *res* — *homem, pessoa, coisa*, respectivamente). A segunda observação é a de que existem adjetivos indefinidos que se tornam pronomes indefinidos quando são empregados sozinhos: *autre, nul, tel, tout, certain, plusieurs, aucun* (*outro, nenhum, tal, todo, certo, vários, nenhum*, respectivamente).

Em D&P encontramos uma classificação dos pronomes pessoais como *substantifs instrumentaux*. Existem também *struments* demonstrativos: *ce, cet, cette* são artigos *présentatoires*; os “possessivos” são seja artigos pessoais — a série forte *mien ...*, seja artigos possessivos — a série fraca *mon, ton, son ...* Para justificar isso, eles argumentam que *mien(s), mienne(s)*, etc. são verdadeiros adjetivos que só se tornam substantivados graças aos artigos que os acompanham, como qualquer outro adjetivo. A série *mon ...* é constituída de artigos possessivos porque, exceto por uma dependência relativa com relação às três

pessoas, eles fazem a vez de artigos com os nomes que eles acompanham. Os autores estariam utilizando aí um critério distribucional, arrolando os possessivos e artigos numa classe de determinantes?

Benveniste discute, a partir da consideração do papel que desempenha o *je* no ato de fala, sobre uma série de indicadores da “realidade do discurso”. Alguns desses indicadores são pronomes; outros, advérbios; outros, ainda, locuções adverbiais, que se organizam em torno do *je-tu*. São indicadores ou delimitadores (“*démonstratifs*”, “*déicticos*”) da instância espacial e temporal co-extensiva e contemporânea da instância presente de discurso que contém *je: ici, maintenant*. Benveniste afirma que não serve para nada *definir esses termos e os demonstrativos em geral pela déixis, como se costuma fazer, se não se acrescenta que a déixis é contemporânea da instância de discurso que traz o indicador de pessoa; desta referência o demonstrativo tira o seu caráter cada vez único e particular que é a unidade da instância do discurso à qual ele se refere.* (PLG,1:253). Terminando o artigo, ele diz que uma análise, ainda que sumária, das formas classificadas indistintamente como pronominais, conduz portanto a reconhecer aí classes de natureza completamente diferente. Ele nota, também, o duplo caráter da língua, aquele de ser um repertório de signos e um sistema de suas combinações e aquele da atividade manifestada nas instâncias do discurso (atos de fala) que são caracterizadas como tais por índices próprios.

É preciso evidenciar, aqui, que os possessivos em francês mereceriam, por si sós, um estudo de sua classificação pelos autores de diferentes épocas.

## 5. Os grandes traços da evolução

Nesta análise, partiu-se de uma definição “clássica” de pronome para se chegar a uma especificação da língua em dois pólos distintos: língua enquanto sistema e língua enquanto ato de fala. O caminho percorrido mostra pontos de ruptura e de referência. O ponto de

ruptura se situa inicialmente em Sanctius, que esboça, por assim dizer, uma teoria da pessoa no discurso, quando ele se recusa a ver no pronome o caráter de substituto do nome. Ele preconiza que os pronomes pessoais são nomes e que dizendo *je* não é possível compreender outra coisa além de *moi*, seja quem for que fale. *Je* não é o substituto de uma palavra, de um nome: ele significa *de per si*.

É verdade que, antes dele, se propunha já a existência de “três pessoas do discurso”. No entanto, embora o rótulo possa ser o mesmo, em Sanctius o conteúdo, ou a referência, é bem diferente. Infelizmente ele não vai mais além em suas considerações em torno da pessoa.

Examinando as características das três pessoas, A&L concluem que só há, a bem dizer, duas pessoas, *je* e *tu*. A terceira, servindo para todas as coisas, não tem índice pessoal. Beauzée, embora retorne a idéia de Sanctius, censura a sua classificação de pronome como nome; mas ele faz uma *mise-au-point* da distinção sanctiana do duplo caráter da pessoa. Ele explicita a relação do sujeito no ato de fala e a relação de “pessoa” no verbo. Para ele a marca de pessoa está presente no *je* e no *tu* que desempenham o papel de personagens do ato de fala.

B&D fazem disso uma “salada”: eles jogam com os termos *papéis*, *atores*, *substitutos de nomes*, ora indo de um lado, ora de outro. Em D&P, há uma tentativa de distinção entre papel discursivo e papel gramatical da pessoa, mas sua tentativa, distanciando-se quase totalmente da terminologia e classificação tradicionais fracassa, exatamente por causa dessa terminologia inovadora que dificulta a compreensão de seus conceitos (M. Duclos era profeta?).

Chega-se, enfim, a Benveniste, que parece ter feito uma síntese de tudo o que os autores haviam dito ou, ao menos, tentaram dizer. Há pontos de convergência consideráveis entre o que diz Benveniste e o que havia sido apontado por A&L, Beauzée ou D&P. Parece que o esboço de uma teoria da pessoa, em potência em Donato, esboçada por Sanctius, trabalhada (*mise au point*) por

Beauzée, acabou por encontrar em Benveniste seu arauto. Os gramáticos se tramaram com um inimigo com duas faces: de um lado, os *je, tu* que escapavam ao enquadramento geral de um pronome substituindo um nome. Como defini-los, então? De outro, como explicar, *avant la lettre*, os atos de fala, o discurso como processo? Habitados a manipular os produtos desses atos, os enunciados, principalmente na escrita, os gramáticos não tinham os instrumentos, os conceitos, o quadro formal para apreender a língua enquanto discurso. O sujeito desse seria o mesmo que o sujeito gramatical? Foram necessários séculos para precisar qual seria o papel deles. Por essa língua fendida (*forchue*), ao mesmo tempo um sistema abstrato que se tentava compreender e descrever e um intermediário entre o pensamento e a ação, instrumento de comunicação, os autores erraram sem parar.

Alguns tiveram uma boa intuição, como Sanctius, que desenca-deou uma série de reflexões em alguns outros, como Beauzée, que tentou melhorar o quadro sanctiano e levou a análise um pouco mais longe. Viu-se D&P tentarem tornar mais exata a descrição da língua, criando uma nova nomenclatura. Embora seu esforço tenha sido sem dúvida formidável, eles fracassaram, quem sabe porque uma teoria gramatical e sua nomenclatura, fortemente enraizados nos espíritos, não cedem o terreno para as coisa “revolucionárias”.

Foi necessário, para o aperfeiçoamento da “teoria”, não somente o aperfeiçoamento do aparelho formal de descrição da língua (ainda não concluído, é preciso ressaltar) mas também o desenvolvimento além da lingüística, das outras ciências, como a cibernética, a psicologia, a teoria da informação, para tentar fazer os homens compreenderem (se é que isso é viável, realmente) o que é a língua — não mais dom divino ...

E, dessa maneira, vê-se Benveniste tentar explicitar, com muito mais de clareza, o que é a pessoa na língua. O *je* é um *signo* que, cada vez, tem uma referência diversa. Pode um signo ter como referência

um conceito, um papel? — que é sempre “aquele que fala” que não é nunca o mesmo ... Ou ele é um signo “em potência” como diz Benveniste?

### Obras consultadas

ARNAULD & LANCELOT. 1969. *Grammaire générale et raisonnée*. Nouv. Éd. Avec les remarques de M. Duclos. Paris: Républications Paulet.

BEAUZÉE, N. 1974. *Grammaire générale*. Nouv. Impr. Em facsimilé de l'éd. De 1767. 2 vol. Stuttgart: Friedich Frommann Verlag.

BENVENISTE, É. 1966. *Problèmes de linguistique générale, 1*. Impr. 1987. Paris: Gallimard.

\_\_\_\_\_. 1974. *Problèmes de linguistique générale, 2*. Impr. 1986. Paris: Gallimard.

BRACHET & DUSSOUCHET. 1907. *Nouveau cours de grammaire française: rédigé conformément aux programmes officiels*. Paris: Hachette.

\_\_\_\_\_. 1920. *Grammaire française: rédigée conformément aux programmes officiels*. Paris: Hachette.

DACIE, M. de. *De modis significandi*. [extrait de la syntaxe traduit par I. Rosier et publié in: *Archives e Documents de la SHESL, 3*].

DAMOURETTE, J. & PICHON, E. 1911-1940. *Des mots à la pensée: essai de grammaire de la langue française*. 7 vol. Paris: Éditions D'Autrey.

HOLTZ, L. 1981. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical*. (éd. Critique sur l'*Ars Donati*) Paris: Éditions du CNRS.

SANCTIUS, F. 1982. *Minerve ou les causes de la langue latine*. Introd., trad. Et notes par G. Clerico. Lille: Presses Univ, Lille/CNRS.